

Fracassou o esforço concentrado do Congresso para votar o Orçamento de 1994. No dia 1º de setembro os senadores e deputados começaram a regressar a seus estados e só estarão de volta a Brasília a partir de 11 de outubro. O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), não teve dificuldade para explicar o fracasso, atribuindo-o a duas razões: a campanha eleitoral em curso e o julgamento de deputados acusados pela CPI do Orçamento. Coincidência ou não, as mesmas causas invocadas para explicar a inoperância do Congresso Revisor. Assim, o ano legislativo que se encerra em dezembro está fadado a passar aos anais do Parlamento brasileiro como o mais inoperante de toda a história da República.

A sessão da quarta-feira é o mais perfeito retrato que se pode ter do trabalho do Congresso em 1994. Estampou, da maneira mais fideigna, sua ausência e distanciamento da vida política nacional. Basta ver o que ali se passou. Os parlamentares simplesmente se recusaram a votar o Orçamento Geral da União alegando não concordar com o acordo feito pelos líderes,

que desprezaram mais de 13 mil emendas feitas por deputados e senadores à proposta do governo. O que nos levou ao absurdo de chegar ao quarto trimestre do ano sem que a Lei de Meios tenha sido aprovada — um fato inédito no País. Inédito e escandaloso. Foi assim inventado um Estado sem orçamento.

Recuando um pouco no tempo, vamo-nos deparar com o mesmo quadro de desleixo e irresponsabilidade no trabalho do Congresso. É o caso da reforma constitucional. Aqui, foi total a falta de sintonia entre os deputados e senadores e a opinião da maioria do nosso povo. A verdade é que somente uma pequena parcela das forças políticas, que incluía tão-só o PT e o PDT, se colocou contra a revisão constitucional. Uma revisão que sabemos indispensável e urgente, pois esse é o caminho para se corrigir a Carta de 88 e abrir caminho às reformas políticas e institucionais de que o País precisa, como, por exemplo, a reforma tribu-

tária, a da Previdência e a que melhor defina o sistema federativo brasileiro.

O absenteísmo — somado aos casos de corrupção e de falta de ética política — contribuiu, em grande escala, neste ano, para desacreditar os parlamentares, os partidos e o mundo político. Isso começa a ser percebido em diferentes setores e segmentos sociais. E se reflete até mesmo no comportamento de alguns políticos, interessados em restaurar a dignidade do Poder Legislativo, pois sabem ser isso indispensável à consolidação do regime democrático. Citamos um exemplo. O deputado gaúcho Nelson Jobim, do PMDB, que foi o relator da revisão frustrada, decidiu não participar, como candidato, das eleições deste ano, talvez por não desejar apresentar-se ao eleitorado com o pesado ônus de ter sido membro da legislatura que agora finda seu mandato. Isso apesar de ter desempenhado seu mandato com a maior dignidade e descontino político.

Inédito e escandaloso

Há, portanto, razões de sobra para o desencanto do eleitorado com a maioria dos representantes que elegeu no pleito anterior. Mas tal desencanto, é certo, está levando esse mesmo eleitorado a refletir e a tirar suas conclusões. Os cidadãos — o imenso colégio eleitoral brasileiro — podem agora escolher melhor seus candidatos, elegendo os mais dignos e punindo aqueles que tentam reeleger-se, apesar de não haverem correspondido de maneira honrosa ao mandato que receberam. É o caminho que todos devem trilhar para restabelecer o prestígio e a dignidade do Poder Legislativo e renovar o mundo da política.

Tudo isso nos leva a uma conclusão. O Legislativo, o Parlamento, deve, como sempre se disse, ser o espelho da Nação. Deve refletir e registrar todos os seus anseios e desejos de mudanças e reformas. E só um parlamento que seja autêntico, refletindo o voto consciente dos eleitores, e não forjado pelo engodo e truques de políticos ultrapassados, poderá fortalecer e consolidar a democracia que sempre desejamos.